

## **EMPREENDEDORISMO: reflexões críticas sobre o conceito no Brasil.**

SABINO, Geruza Tomé<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O desemprego e o abandono sócio-econômico de grande parte da população brasileira tem sido tema de muitos estudos sobre desenvolvimento econômico e social, que acabam por propor algumas estratégias para dirimir a condição miserável em que se encontram. No âmbito dessa discussão, o empreendedorismo, cujos princípios se originam das idéias dos clássicos econômicos liberais desde o século XVII, aparece como resposta “necessária” a alavancagem econômica local e regional e ao auto-sustento de milhares de famílias pobres. Fernando Dolabela, professor e escritor, autor do romance “O Segredo de Luiza”, desde 1999 é um forte representante dessa linha ideológica, com vários trabalhos publicados sobre o assunto. É criador da chamada “Pedagogia Empreendedora”, obra publicada em 2003, e da “Oficina do Empreendedor”, programas educacionais que foram e continuam sendo implementados em diversas escolas de ensino infantil, fundamental, em universidades brasileiras e órgãos de fomento como CNPQ e instituições como SEBRAE. O objetivo da proposta é formar pessoas autônomas e criativas, com talento para a livre iniciativa, que apostam na realização do sonho burguês. Este “self made man”, estaria conseguindo sua auto-realização ao mesmo tempo que beneficiaria econômica e socialmente todo o seu entorno. O conceito de empreendedorismo, neste caso, não se reduziria mais ao âmbito empresarial, mas seria uma forma de ser, de conceber a vida. O autor acredita que está redefinindo o conceito, abarcando também aspectos culturais e políticos da questão, quando, sob o ponto de vista deste artigo, reafirma o “status quo” e decreta o fim da história naturalizando a lógica destrutiva do mercado capitalista. Alega que ser empreendedor é a única maneira de alcançar, enquanto nação, um estágio superior e mais humano de desenvolvimento. No texto aqui apresentado, pretende-se discutir de maneira introdutória esta linha ideológica, realizando alguns questionamentos sobre trabalho, educação e reprodução social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Empreendedorismo, desemprego, ideologia liberal, reprodução social, educação.

Vive-se com maior intensidade, um momento no qual o discurso dominante é o de que a sociedade civil organizada deve absorver pra si os investimentos sociais historicamente de responsabilidade do Estado. Alega-se incompetência administrativa e

---

<sup>1</sup> A autora é docente e diretora de cultura na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, em Diamantina, Minas Gerais, lecionando no curso de Sistemas de Informação. É doutora em sociologia pela UNESP-Araraquara-SP, trabalhando com Economia Solidária e Autogestão, mestre em Ciências Sociais pela UNESP-Marília-SP, trabalhando com Economia Informal, Especialista em Gestão Empresarial pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha e graduada pela mesma faculdade em Administração de Empresas.

organizativa deste, para levar a cabo projetos que definitivamente eliminem os problemas, principalmente das comunidades pobres. Sendo assim, passa a ser imperativo que os próprios cidadãos ou comunidades se auto-organizem para que diagnostiquem os problemas locais vividos com maior intensidade, e busquem cada qual com suas estratégias, as soluções cabíveis para tal fim.

O discurso proferido pelos representantes do capital em favor do “resgate” de um tipo de cidadania, pela autonomia das comunidades pobres e pelo desenvolvimento de todo o seu potencial, fica demonstrado neste trecho escrito por um dos representantes do pensamento administrativo capitalista em todo o mundo.

[...]o governo deve deixar de ser um executor e gerente na esfera social e limitar-se a definir a política. Isto significa que na esfera social, assim como na econômica, existe a necessidade de terceirizar. Assim como estamos reestruturando as empresas terceirizando os trabalhos de apoio, administrativos e de manutenção, também o governo precisa ser reestruturado terceirizando no setor social.[...]

[...]Portanto, o incentivo às organizações comunitárias autônomas no setor social é um passo importante na reformulação do governo para que este recupere seu desempenho (DRUCKER, 1993, p.128-129)

Nesta passagem o autor considera que o Estado deve aumentar a eficiência de seus processos administrativos e operacionais, se concentrando em atividades estratégicas como energia, rodovias, ferrovias, saúde educação, etc, e terceirizando as funções de gestão da esfera econômica que não possui competência para desempenhar. Desta forma, as Organizações-Não-Governamentais que possuem trabalhos importantes em comunidades pobres, associações de bairros, cooperativas etc, são modelos de organizações civis que se apropriam desses problemas e, em rede, tentam construir estratégias econômicas para “incluir” diversos trabalhadores marginalizados na esteira da produção do capital.

É consenso entre autores neoliberais e outros ditos de esquerda, que nesta nova fase da sociabilidade capitalista, notadamente financeira, o conhecimento é a base fundamental para o desenvolvimento econômico, humano e social, e que os países que não estiverem materialmente e humanamente adequados a este novo paradigma, só conseguirão

se inserir na rede das relações econômicas internacionais de forma subordinada, subjugada, se colocando totalmente indefesos frente às crises e oscilações de lucratividade do capital.

Segundo Mészáros (1996, p.513), o pensamento voluntarista que se fundamenta pela idéia da “inclusão” da população pobre somente por meio da educação, se fortaleceu no período pós-revolução francesa. Assim, a crise social e histórica, advinda da luta pela produção e reprodução da vida material nas sociedades estabelecidas pelas classes antagônicas, tem como conseqüências, teorizações ideológicas que ainda hoje pregam a harmonia política das forças litigantes pós-revolucionárias.

O objetivo é a busca pelo ajuste da população pobre e marginalizada por meio da educação-qualificação à estrutura social consolidada da ordem burguesa. A sociedade é assim dividida entre aqueles que não têm educação e aqueles dotados do conhecimento necessário para ensinar.

[...]a solução para problemas que surgiam no mundo social a partir de conflitos coletivos materialmente enraizados e confrontações de classes cada vez mais acirradas era vislumbrada em termos de remédios individualistas educacionais[...]. Aquilo que se apresentou com a reivindicação de ser um sistema de educação cientificamente fundamentado não passava, na realidade, de uma metafísica idealista associada aos métodos de manipulação *positivista*[...](MÉSZÁROS, 1996, p.513)

Diante deste cenário e das dificuldades reais de eliminação dos bolsões de miséria impostos pelo modelo econômico neoliberal de reprodução da vida, o projeto promovido pelas Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável no mundo – PNUD<sup>2</sup>, durante a década de 1990, se coloca como uma tentativa de humanização possível do capital no afã de amenizar os efeitos da sua lógica predatória, que tem articulado de forma eficiente desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento econômico e destruição. Neste caso, a chamada Agenda 21 e os Objetivos do Milênio, que contém os princípios para o chamado processo de “desenvolvimento sustentável”, propõem uma união entre os países ricos e pobres para evitarem uma catástrofe global.

Além dessas estratégias de controle e tentativas de humanização do sistema na esfera global, outros caminhos propostos para a mudança sócio-econômica, ao contrário dos clássicos marxistas que adotavam a perspectiva revolucionária fundamentada na prioridade da transformação radical das relações de produção, organização do trabalho e da

---

<sup>2</sup> Cf. sítio das Nações Unidas Brasil - <http://www.pnud.org.br>

propriedade privada, agora enfocam, juntamente com a democracia participativa, o direito de todos os cidadãos, pobres e ricos, serem proprietários de pequenos negócios. Vendem o sonho de que é possível alcançar sucesso financeiro em um mercado livre, no qual o mais importante é a iniciativa, pró-atividade, habilidade e criatividade dos indivíduos. O estímulo a pequena livre iniciativa, que se caracteriza pelo vendedor de cachorro quente até uma pequena empresa de tecnologia de informação, seria o motor de desenvolvimento de países como o Brasil, que segundo os ideólogos e autores liberais, precisa urgentemente formar uma burguesia industrial e financeira genuína, que não dependa do governo para investir em inovação e não tenha medo de assumir riscos.

Seguindo este princípio, verifica-se que alguns municípios, apoiados por governos estaduais e federais, se colocam como articuladores, aglutinadores e fomentadores deste projeto, responsáveis por mobilizar todos os segmentos da sociedade, os chamados “atores”, a participarem efetivamente desta reforma social.

Não é de hoje que o modelo de eficiência administrativo das empresas capitalistas tem servido como parâmetro para a administração pública e seus projetos de desenvolvimento. No caso específico do Brasil, o profissional que vem se destacando por levantar esta bandeira é o professor, consultor e escritor Fernando Dolabela<sup>3</sup>, criador de um programa de ensino para a educação básica e universitária sobre empreendedorismo.

No artigo a *Urgência do Empreendedorismo*<sup>4</sup>, Dolabela afirma que é preciso que os cidadãos, não mais o governo, tomem medidas urgentes contra o mal que assola o país. O que impediria o Brasil de se desenvolver a exemplo dos países ditos de primeiro mundo é, sem dúvida: a miséria, a fome, o desemprego. Assim, vislumbra que o investimento em uma “sociedade empreendedora” é o único caminho para que esta empreitada se efetive. (DOLABELA, 2009(a), p.01)

Com isto, sugere que além de serem construídos mecanismos para a geração e distribuição de renda, também se estimule a disseminação do conhecimento e técnicas de gestão e do poder decisório entre a população. Ou seja, será preciso desenvolver nas pessoas o “Espírito Empreendedor”.

---

<sup>3</sup> Todos os textos e artigos do autor foram retirados de sua página na internet: <http://fernandodolabela.wordpress.com>

<sup>4</sup> Estes artigos foram publicados em fevereiro de 2009, e podem ser encontrados na biblioteca digital da Starta: Empreendedorismo e Inovação, <http://www.starta.com.br/#!/gallery>

Alega que a agenda social brasileira deve contemplar prioritariamente a eliminação da miséria, adequando o estilo empreendedor brasileiro por meio de estratégias diferentes daquelas adotadas pelos países com realidades e prioridades diferentes. Aposta que uma educação empreendedora, que enfatize desde os primeiros anos da idade escolar a importância de se estimular os sonhos, as habilidades e capacidades criativas dos individuais, pode resultar em pessoas autônomas, criativas, protagonistas de suas histórias e conseqüentemente, em seres humanos críticos e preparados para lidar com os desafios de um sistema em constante evolução.

Em seus escritos, o autor considera que empreender, não é apenas uma habilidade, mas uma forma de ser e ver o mundo, daí a crença no espírito empreendedor que considera ser requisito para todo tipo de transformação social. Tratado como uma nova forma de relação entre o indivíduo e a sociedade,

[...]O empreendedorismo aborda a relação de oportunidade entre o indivíduo e o seu sonho, a sua visão, a sua idéia. Uma idéia, para ser viável, além de sua coerência com o ambiente externo, deve ser congruente com o indivíduo empreendedor; Ao relacionar o resultado da atividade empreendedora aos sonhos, visões e desejos da sociedade e do empreendedor, o empreendedorismo pode ser visto como um instrumento auxiliar na construção da liberdade[...] (DOLABELA, 2009(a), p.2)

Entende-se que o autor deseja que as pessoas tomem para si, de maneira individual, os complexos problemas estruturais criados socialmente e por meio de inovações ou alternativas construídas no âmbito da livre iniciativa privada, resolvam ou até eliminem os entraves ao desenvolvimento e crescimento econômico do país. O que significa que cada um será responsável pela sua inserção produtiva no mercado capitalista se auto-empregando ou gerando postos de trabalhos.

Dolabela, que em 1999 publicou uma obra que fez sucesso no mundo dos negócios “O Segredo de Luísa”, um romance que trata da realização do sonho de abrir uma empresa, amplamente utilizado por escolas e universidades, se dedica intensamente ao aperfeiçoamento e divulgação do seu programa de ensino do empreendedorismo no Brasil. Para este fim, criou duas metodologias: a primeira, uma *Oficina do Empreendedor*, utilizada por órgãos como o SEBRAE e CNPQ, já implementada em mais de 400 instituições de ensino superior e, a segunda, *A Pedagogia Empreendedora*, que visa à

educação infantil, o ensino fundamental e o médio, já aplicada em 120 cidades desde então.

No artigo, *A Evolução do Conceito de Empreendedorismo: da Empresa Para Uma Forma de Ser*, baseado em seu livro “Pedagogia Empreendedora” de 2003, o empreendedorismo aparece como uma alternativa real à relação tradicional de emprego, que cuidará de retirar as pessoas e o país da condição de subalternidade. Considera que, no Brasil, o conceito de empreendedorismo extravasa a sua origem empresarial e, que este novo significado, está fundamentando programas importantes de desenvolvimento humano e social no país. Como exemplo, cita a Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED (2001-2004), um programa público já extinto, mas que consolidou seu trabalho gerando multiplicadores. Foi elaborado para aumentar a capacidade gerencial e empreendedora de micro e pequenas empresas, governos locais e instituições do terceiro setor. Este programa, na área governamental, teria viabilizado o surgimento do conceito de empreendedor político. Outro exemplo é o Instituto Paraná Desenvolvimento – IPD, que abordou o empreendedor cívico e outras ações em favelas e comunidades rurais extremamente pobres. (DOLABELA, p. 1, 2009(b))

Assim define

[...] Empreendedor comunitário é o agente que é capaz de aumentar a capacidade de conversação de uma comunidade, ampliando ou criando a conectividade entre os seus diversos setores, gerando o capital social, insumo básico do desenvolvimento. (DOLABELA, p1, 2009 (b))

No mesmo trecho, o autor afirma que um empregado também pode ser empreendedor, o chamado *intra-empreendedor*, quando é capaz de inovar e de conduzir a empresa em que trabalha ao sucesso.

Constrói, dessa forma, uma estratégia para que o “novo” conceito dê conta de abarcar o maior número de pessoas possíveis no seu interior, já que nem todos os cidadãos podem ser proprietários de fato. É sabido que para a sua reprodução e ampliação, o capital precisa de uma força de trabalho desprovida de bens e de reservas, os desempregados, que equilibram o valor de mercado desses trabalhadores ocupados tendo em vista a lei da oferta e da demanda. Assim, é necessário que este novo conceito de empreendedorismo valorize

todas as ocupações existentes na hierarquia do trabalho social, contribuindo também para a manutenção do *status quo*.

Dolabela argumenta que, no campo político, o empreendedorismo serve como regulador de conflitos decorrentes do entrelaçamento entre as opiniões e interesses dos cidadãos, criando condições favoráveis a realização de diversos projetos de cunho social. O político empreendedor seria aquele que consegue, por meio de um diálogo com a sociedade, sanar as necessidades básicas da totalidade da população, construindo novas oportunidades de trabalho e emprego, inovando na prestação de serviços públicos como na saúde, educação, segurança e habitação.

Além disso, o autor também menciona os “heróis anônimos” que criam pequenas empresas e geram valores humanos e econômicos para si e para a sociedade. Indica que o “espírito empreendedor”, ligado a algumas dessas práticas sociais, está associado ao sistema de crenças e valores desses grupos. Assim, um dos desafios à formação da atitude empreendedora seria a mudança cultural, tema que será extremamente discutido nas estratégias pedagógicas para a educação empreendedora. (DOLABELA, 2009(b), p.2)

A chamada “atitude empreendedora”, como uma forma de ser e não como uma habilidade técnica, na concepção do autor, teria a ver com

[...] estilo de vida, visão de mundo, reação diante de ambigüidades e incertas, protagonismo, inovação, capacidade de produzir mudanças em si mesmo e no meio ambiente, meios e formas de se buscar a auto-realização. Esta visão ampla do empreendedorismo e somente ela, abre as portas para se falar em educação empreendedora para crianças. (DOLABELA, 2009(b), p.2)

Dolabela acredita que os sonhos e desejos individuais, todos reduzidos a valores de troca, passíveis de monetarização já que a concretização dos sonhos só é possível tendo como mediador o mercado capitalista, podem ser transformados em realidade, desde que seja desenvolvida nestes indivíduos, a capacidade para tal. A fórmula mágica para este feito é a educação que deverá delinear os caminhos do auto-aprendizado e da auto-realização.

Eis o velho sonho liberal que agora aparece travestido em um discurso mais simples e técnico, aparentemente democrático, mas que, em síntese, supervaloriza as

escolhas e as liberdades individuais como o único caminho para a salvação do conjunto social. Entende-se que Dolabela pretende reescrever de forma menos erudita, sem as devidas mediações críticas entre vontade, necessidade e reprodução social, o que os autores clássicos do liberalismo econômico idealizaram, com uma intenção ainda mais perigosa: o ensino institucionalizado dos princípios do liberalismo, desde a infância, como única alternativa ao desenvolvimento social, acabando de uma vez com qualquer tentativa de discussão e análises críticas que apontem novas alternativas de produção e reprodução da vida material e espiritual, que de fato sejam mais humanas e que não tenham o lucro como finalidade última.

### **Mais do mesmo: a origem conceitual do empreendedorismo e seus antecedentes históricos.**

Os economistas clássicos, de John Locke e Adam Smith (sec. XVII e XVIII) à David Friedrich Hayek e Milton Friedman (sec. XX), já se apoiavam nas idéias liberais como única via possível e inquestionável de desenvolvimento econômico.

Hayek, que considerava a tendência ao socialismo, por ocasião da segunda guerra mundial, um rompimento com a filosofia liberal econômica e a renúncia progressiva ao individualismo (HAYEK, 1990, p.42), foi um dos responsáveis, no século XX, por defender o retorno do liberalismo.

[...] Durante todo esse período moderno da história européia, a tendência geral do desenvolvimento social era libertar o indivíduo das restrições que o mantinham sujeito a padrões determinados pelo costume ou pela autoridade [...] A elaboração de uma tese coerente de defesa da liberdade econômica resultou do livre desenvolvimento das atividades econômicas que tinham sido um subproduto imprevisto e não planejado da liberdade política. O resultado mais importante da liberação das energias individuais foi talvez o maravilhoso desenvolvimento da ciência que acompanhou o avanço da liberdade individual da Itália à Inglaterra e mais além. (HAYEK, 1990, p.43)

Em outro trecho afirma que ,

[...] As consequências desse processo de crescimento superaram as expectativas. Onde quer que se fossem suprimidos os obstáculos ao livre exercício do engenho humano, o homem logo se tornava capaz de satisfazer o seu crescente número de desejos. E se por um lado, a

elevação do padrão de vida em breve levava à descoberta de grandes mazelas na sociedade que os homens não mais estavam dispostos a tolerar, por outro lado provavelmente, não houve classe que não se tenha beneficiado de modo substancial com o progresso geral.[...](HAYEK, 1990, p.44)

Hayek entendia que o êxito dos protagonistas, a burguesia industrial, neste progresso econômico, ultrapassou os “sonhos mais ousados”. O grau de conforto material, de segurança e de independência alcançados era uma condição impossível um século antes. Analisava que, depois desta empreitada e do desenvolvimento da ciência, o homem tinha consciência do poder que exercia sobre o próprio destino e a convicção de que era possível melhorar a própria sorte em virtude do sucesso que alcançou. O sucesso e a ambição caminhariam juntas e o homem teria todo o direito de ser ambicioso. (HAYEK, 1990, p.44-45)

Shumpeter, considerado por muitos o pai do empreendedorismo, relatou em sua obra “capitalismo, socialismo e democracia”, como o sistema capitalista e a ideologia liberal mudou o conceito de bem estar dos cidadãos à medida que popularizou itens, mercadorias, que melhoraram o dia-a-dia do trabalhador.

[...]o processo capitalista, eleva progressivamente não por coincidência, mas em virtude do seu próprio mecanismo, o padrão de vida das massas. Isto tem lugar através de uma série de vicissitudes, cuja severidade é proporcional à celeridade do seu progresso[...]. (SHUMPETER, 1961, p.94)

Sendo assim, desde que não houvesse interferência do Estado na engrenagem da livre iniciativa, mazelas decorrentes da miséria e do desemprego como a fome, as doenças e o analfabetismo não seriam mais um peso para o país.

O autor culpava as medidas chamadas “anticapitalistas exageradas”, ou seja, os direitos sociais e trabalhistas duramente conquistados, pelo aumento do desemprego. Afirmava que estes “*foram métodos economicamente irracionais de ajuda financeira ou maneiras relaxadas ou ruinosas de administrá-las*”. (SHUMPETER, 1961, p.97)

Também discorreu sobre a importância do êxito nos negócios por meio de habilidades, competências específicas e uma capacidade de trabalho acima do normal para a ascensão de classe. O sistema capitalista estimularia os indivíduos pagando a eles grandes prêmios financeiros. Neste caso, considerava que o rendimento não induzido por motivo social, mas pelo ideal do lucro, sendo fruto dessa estrutura institucional do

capitalismo, revelava que os interesses pessoais dos industriais e dos comerciantes viabilizavam o máximo rendimento no interesse de toda a coletividade. (SHUMPETER, 1961, p.100- 102)

Nesta visão, o homem de negócios ou empreendedor, seria o “*impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a maquina capitalista que procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção [...] criadas pela empresa capitalista.*” (SHUMPETER, 1961, p.110)

A todo esse processo o autor chamou de “destruição criadora”. A “mutação industrial” na qual, em constante renovação, o sistema capitalista revolucionaria a estrutura econômica por dentro, destruindo o antigo e criando elementos novos.

Já que o capitalismo e liberalismo são apresentados como necessários porque reflexos do pensamento e prática racionais, e o empreendedor a materialização destes ideais, decreta-se assim o fim da história, ou seja, a impossibilidade de existir qualquer forma de sistema econômico e produtivo alternativo a essa lógica. O autor valida e exalta a mercantilização de todas as coisas e atos humanos, pois este seria o resultado lógico da evolução da racionalidade econômica. Como o que é racional é habitualmente inquestionável, tem-se aqui o início de uma nova religião.

[...] podemos notar, de passagem que, sendo primariamente um produto da evolução da racionalidade econômica, o cálculo do custo-lucro por sua vez reage sobre o racionalismo e, ao cristalizá-lo e defini-lo numericamente, dá um impulso poderoso à lógica do regime de livre iniciativa. E assim definido e quantificado para o setor econômico, esse tipo de lógica, atitude ou método inicia sua marcha vitoriosa, subjugando e racionalizando as filosofias e instrumentos do homem, suas práticas médicas, suas idéias sobre o universo, visão da vida, tudo, enfim, incluindo seus conceitos de beleza, justiça e aspirações espirituais.[...]  
(SHUMPETER, 1961, p. 157)

Todas as conquistas e descobertas humanas, objetivas e subjetivas, derivadas das experiências e do trabalho humano acumulado em milhares de anos, o que inclui a práxis de outros povos não ocidentais, aparecem aqui como conquistas do capitalismo. Da educação moderna às máquinas no chão de fábrica, da medicina aos automóveis, a arte, todas estas atividades seriam resultado das mentes liberais, individualistas e livres! Assim, o autor espera que os críticos do capital, vejam que embora haja problemas no capitalismo,

alguns reais outros imaginários, este foi e continua sendo o único sistema que suporta a diversidade, as guerras contrárias à sua lógica e mesmo assim continua a produzir prosperidade.

Pode-se identificar nos escritos de Shumpeter, teses que revelam o princípio pelo qual Dolabela e outros representantes do capital fundamentam o “novo” conceito de empreendedorismo. A impossibilidade de questionar essa forma de reprodução sócio-econômica e, portanto, de deixar de refletir sobre a lógica do capital que é destrutiva, é uma delas. O cidadão não tem escolha! Este modelo se coloca como ideal e definitivo, que precisa apenas de alguns ajustes para funcionar com perfeição. Os cidadãos devem se adequar a lógica liberal, de democracia individual, absorvendo a lógica do sistema e a vivendo sem questionamentos e, desenvolvendo, de forma criativa, mecanismos alternativos de sobrevivência (sendo empreendedores). Aliás questionar é perder tempo, o melhor é lutar para aprender a viver com os desafios gerados pela forma de produção material escolhida.

Este trecho é ilustrativo.

[...]Não obstante, favoráveis ou desfavoráveis sobre o rendimento capitalista, tais julgamentos são de pouco interesse, pois a humanidade não tem liberdade para escolher. Deve-se essa incapacidade não apenas ao fato de não estar a massa em condições de comparar racionalmente alternativas, e de aceitar sem reclamação tudo que lhe impingem, mas porque há uma razão muito mais profunda. Acontecimentos econômicos e sociais movem-se graças ao seu ímpeto próprio e a situação resultante obriga indivíduos e grupos a se comportarem de certa maneira, não importa o que desejem fazer. Isso acontece não por lhe destruir a liberdade de escolha, mas ao modelar as mentalidades **dos que** podem escolher e, estreitando a lista de possibilidades, **do que** podem escolher. [...](SHUMPETER, 1961, p. 163-164)

Entende-se que a metodologia empreendedora de Dolabela está em perfeita sintonia com esses autores, ao propor uma adequação da subjetividade das crianças, jovens e adultos a tal lógica racionalizadora e monetária, como se não tivessem alternativa.

A mente criativa, autônoma e libertária, proposta por essa metodologia, tendo em vista a sua origem histórica ideológica, está travestida de um “espírito” de submissão a ordem do capital, que elege o mercado como soberano e privilegia os que tem acesso ao

conhecimento e informação colocando-os no topo da escala hierárquica das relações sociais.

De fato, a sociedade brasileira necessita de cidadãos éticos, críticos, que se coloquem como sujeitos de sua história e transformadores. Para tal é de fundamental importância uma pedagogia que, nos dizeres de Paulo Freire (1996, p.10), seja uma *“prática educativa-progressiva em favor da autonomia do ser dos educandos”* e não de um modelo prático-econômico determinado.

Nestes termos, há segundo Freire, uma natureza ética da prática educativa, enquanto prática humana e não voltada especificamente para o caso brasileiro. Isso porque a crueldade da ética mercadológica que domina o mundo, faz com que a todo momento as pessoas tenham que decidir entre o “eu” ou o coletivo, entre o prazer imediato ou um futuro sócio-econômico seguro para a coletividade.

[...]Quando, porém, falo da ética universal do ser humano estou falando da ética enquanto marca da natureza humana, enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana. [...]mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um “não-eu” se reconhece como “si própria”. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade. [...] (FREIRE, 1996, p. 10)

Nesta prática educativa, em que o desenvolvimento humano verdadeiramente autônomo e crítico é privilegiado, e não serve de maneira acrítica a lógica totalizadora do capital, é preciso associar o conteúdo que se ensina à realidade em que a constante é a violência, a desigualdade, a falta de oportunidade, etc. É necessário estabelecer uma relação íntima entre os saberes curriculares e a experiência social dos indivíduos, discutir implicações políticas e ideológicas do descaso dos dominantes com as classes e áreas mais pobres e os princípios éticos que os regem. É importante instaurar um ambiente em que a *“curiosidade ingênua”* se critica, tornando-se curiosidade epistemológica e se tornando metodicamente mais rígida.

[...]A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos.[...](FREIRE, 1996, p.15)

Desta forma, entende-se que os autores liberais citados, com uma leitura individualista de mundo, bem como o próprio Dolabela, que pensa atribuir um novo significado ao conceito de empreendedorismo, tão impregnado do ranço ideológico liberal, apreende a realidade de uma forma unilateral e superficial, supervalorizando as iniciativas individuais, como se estas logicamente e progressivamente, fossem abarcando a totalidade social melhorando as condições materiais de vida de todos.

Faz uma análise do cotidiano partindo da estrutura da organização social da maneira como está, aparentemente constituída por relações entre grupos sociais, de ocupações heterogenias e materialmente discrepantes, como se essa condição fosse inquestionável, tendo como centro do estudo os indivíduos, os elementos “endógenos” ao sistema.

Depois de terem sido ensinados a serem empreendedores, de olharem o mundo e todas as suas instâncias objetivas e subjetivas como extensão do capital, que tiverem desenvolvido as habilidades e apreendido o conhecimento necessário para tal, o sucesso ou fracasso no mercado dependerá única e exclusivamente de seu desempenho e esforço pessoal.

De acordo com este método, que autonomiza o indivíduo singular, conferindo-lhe independência e controle absoluto sobre sua vida, este seria o único responsável pela sua própria condição social, pois esta, resultaria de “escolhas” feitas por estes indivíduos. Desta forma, parte-se sempre destes elementos mais simples, buscando entender como “atuam” isoladamente cada “ator” econômico, até atingir logicamente as formas mais complexas, ou seja, todo o conjunto das relações sociais, as instituições, organizações, corporações, o mercado, o capital etc.

Filósofos como Georg Lukács<sup>5</sup>, bem como o próprio Karl Marx, reconheceram os avanços proporcionados pela sociedade capitalista, que revelou essa característica essencial da reprodução social – indivíduo/sociedade – que é bipolar. De acordo com Lessa (1995, p.76), “o reconhecimento pelos indivíduos de sua particularidade é momento imprescindível da elevação do gênero ao seu ser-para-si”. Ou seja, o fato do indivíduo não atribuir mais a entes divinos o estado da sua atual condição social e se reconhecer como autor de sua história, é positivo, na medida em que, com as lutas travadas e contradições percebidas em sua *práxis* cotidiana, estão criadas *possibilidades* concretas de estes adquirirem consciência de sua condição enquanto indivíduos singulares, particulares e genéricos.

Justamente por não ser imediato o entendimento da realidade concreta é que no materialismo histórico busca-se o inverso daquilo que foi explicitado no individualismo metodológico. Não se faz uma análise lógica da realidade, porque esta não é a somatória das ações individuais pura e simplesmente. A realidade, essencialmente dialética e contraditória, de acordo com o pensamento ontológico, não evolui de forma processual, lógica, para o mais desenvolvido e sofisticado, sendo todo o processo de formação dos complexos sociais, baseados em movimentos de rupturas, superações e conservações de determinadas características, e que só podem ser efetivamente compreendidos *post festum*, ou seja, depois de ter ocorrido o salto qualitativo que proporcionou a sua passagem para um outro nível.

É claro que o papel do indivíduo é fundamental, este se desenvolve e se complexifica, mas não está nele a chave para a sua total explicitação, e sim, na crescente sociabilização dos homens em sociedade.

Por fim, considera-se ser prioridade deste pequeno artigo introduzir um debate que possibilite levantar alguns questionamentos sobre o tema que virou moda em todos os setores da economia nacional: o investimento no desenvolvimento da capacidade empreendedora do brasileiro, que se coloca como essencial a superação das dificuldades impostas pelo local ou região. Entende-se ser necessário repensar essa estratégia de

---

<sup>5</sup> Filósofo húngaro, falecido em 1971, que redigiu manuscritos cujo título em italiano é *Per una Ontologia dell'Essere Sociale* (ed. Riuniti, Roma, 1976-81) e *Prolegomeni all'Ontologia dell'Essere Sociale – questioni di principio de un'ontologia divenuta possibile* (Guerini e Associati, Milão, 1990). Dedicou seus últimos anos de vida à redação de uma Ontologia do Ser Social que resgatavam àqueles delineados por Karl Marx. Para conhecer um pouco mais sobre o que ficou conhecido como a Ontologia de Lukács, ler LESSA, S. *A Ontologia de Lukács*, 1996.

desenvolvimento, posto como um modelo eficaz e insubstituível, não para que estas indagações acabem em críticas paralisantes, mas para que sejam identificadas contradições insolúveis e possibilidades de rupturas reais. Este modelo desigual, predatório e altamente concentrador de riqueza precisa ser coletivamente repensado sob o ponto de vista das possibilidades reais de transformação social, que tenham como objetivo último o bem estar e o desenvolvimento humano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, M. A empresa em rede: a cultura, as instituições e as organizações da economia informacional. In: \_\_\_\_\_. *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura* (A sociedade em rede). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. vol. 1, p.173-217.

DOLABELA, F. A Urgência do Empreendedorismo. Disponível em: <<http://www.starta.com.br/#!/items/20090204153645078>>. Acesso em: fevereiro de 2010.

DOLABELA, F. *A Evolução do conceito Empreendedorismo*: da empresa para uma forma de ser. Uma proposta Conceitual: A pedagogia Empreendedora. Disponível em: <<http://www.starta.com.br/#!/items/20090204150157375>>. Acesso em: fevereiro de 2010.

DRUCKER, P. A organização baseada na responsabilidade. In: \_\_\_\_\_. *Sociedade Pós-capitalista*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1993. p. 67-77.

DRUCKER, P. A cidadania através do setor social. In: \_\_\_\_\_. *Sociedade Pós-capitalista*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1993. p. 127-135.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra (Coleção leitura), 1996

HAYEK, F.A.V. *O caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

LESSA, S. *Sociabilidade e individuação*. Maceió: EDUFAL, 1995.

MÉSZÁROS, I. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In: \_\_\_\_\_. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo; São Paulo: Unicamp, 2002, p.94-132.

MÉSZÁROS, I. Ideologia e Autonomia. In: \_\_\_\_\_. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996. p.507-616.

SHUMPETER, J.A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SPINK, P. et alii. *Apresentação*. In: OLIVEIRA, F. de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/download/46.pdf>>. Acesso em: 13 novembro 2005.